SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Boletim do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Quinta-feira, 1º de Julho de 2010 - Boletim 28 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Lula e Peluso se reúnem hoje

Manter a greve para avançar a negociação

Kit Gaion





À esquerda, servidores decidem pela continuidade da greve e acima realizam ato com servidores do Judiciário e Estadual

Em assembleia estadual realizada nesta quarta, 30, em frente ao TRF, os servidores decidiram que a greve continua. Os servidores consideraram um avanço o Comando de Greve de São Paulo ter se reunido com Lula. Mas avaliam que é preciso garantias concretas da aprovação do PCS. Está prevista hoje, às 11h, reunião entre o presidente Lula e o ministro Cezar Peluso, e a expectativa é que haja um acordo orçamentário. "Voltar ao trabalho, mesmo com um acordo, pode ser um erro gravíssimo", disse Cláudio Klein, diretor de base.

Ele ressaltou, assim como outros servidores, que a greve garantiu os avanços das negociações até agora, pois o governo enrolou o máximo que conseguiu para tentar desmontar o movimento. Para Klein, a greve tem que se fortalecer para conseguir colocar o projeto em votação na Câmara antes do recesso parlamentar, que se inicia no dia 17 de julho. Como não há nada garantido, a categoria definiu: greve até a vitória. "Demos um grande passo nas negociações, mas o que vai garantir o PCS é o nosso movimento, que ainda pode crescer", sustentou David Landau, diretor de base do Sintrajud.

Leica Silva, diretora do Sintrajud, acredita que "um possível acordo não pode nos iludir". "Será mais uma promessa, só voltamos quando ela se concretizar", afirmou ela, que lembrou das tentativas para desmontar o movimento, como o corte de ponto e as liminares do STJ, e defendeu o direito de greve. Segundo Leica, agora tentam desmoralizar a greve e os grevistas. "Estamos de cabeça erguida, defendendo nossos direitos", disse.

Próxima assembleia estadual será na segunda, 5/7, no TRE, às 15h

Reunião do Comando de Greve de SP na sexta, 2/7, às 17h, no Sindicato

Comando Nacional de Greve reúne-se com o relator do PCS na Comissão de Finanças

O Comando Nacional de Greve reuniu-se nesta quarta-feira com o relator do PL 6613/09 (PCS) na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Ricardo Berzoini (PT/SP). Segundo o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui, o deputado disse que era favorável a reivindicação dos servidores, mas que só colocaria o projeto em votação após um acordo entre o STF e o governo.

Os representantes dos servidores, mais uma vez, ressaltaram que a categoria está com salários defasados comparando com funções similares do Executivo e Legislativo, e que o projeto corrigiria essa distorção e diminuiria a alta rotatividade de funcionários que deixam o Judiciário por salários mais atrativos em outros orgãos do funcionalismo.

Reivindicaram também que seja garantido algum percentual de aumento ainda em 2010.

"Foi uma reunião positiva. Senti que o deputado está sensível à nossa luta. Mas não significa que tem algo garantido. Ao contrário, temos que manter a greve forte para que as negociações avancem e nossas reivindicações sejam atendidas", destacou Melqui.

Veja matéria completa no site www.sintrajud.org.br

ORÇAMENTO

Governo 'infla' custo do PCS ao omitir retorno tributário, mostra estudo

O governo Lula superestima o custo do PCS em mais de 50% como parte dos artifícios usados para atacar o projeto de lei do Judiciário Federal.

É o que mostra análise do economista do Sintrajud, Washington Lima. O custo bruto anual do PL 6613/09 é de R$ 6,3 bilhões, de acordo com as justificativas anexas ao projeto. O custo líquido, segundo o documento, é de R$ 4,6 bilhões.

Chega-se a este último número descontando-se as contribuições previdenciárias patronal e do trabalhador. O economista mostra que o valor é ainda menor se for aplicado o desconto do Imposto de Renda: fica em R$ 3,3 bilhões, quase metade do custo bruto.

"Embora na carreira efetiva o aumento médio seja maior do que esse percentual, isso ocorre principalmente em razão de que várias parcelas da remuneração não têm aumento previsto", explica Washington. Refere-se aos cargos em comissão, funções comissionadas, vantagens pessoais nominalmente incorporadas (VPNI), quintos ou décimos. Além do que, ressalta, contribui para isso o fato de o orçamento de pessoal também incluir as despesas com os magistrados.

O economista observa que esse percentual no acréscimo nas despesas com pessoal é muito próximo "da inflação desde a entrada em vigor do último PCS", em junho de 2006. A inflação apurada pelo IVC no período de junho de 2006 e maio de 2010 é de 21,32%.

Diferença não desaparece: fica na União

Ao criticar o projeto que revisa o PCS, num esforço para 'colar' a ideia de que não há recursos para aplicá-lo, o Ministério do Planejamento arredonda o custo para R$ 7 bilhões e diz que o aumento nos salários dos servidores será de quase 60%.

São com esses números que o governo faz a propaganda negativa da proposta. Ao desprezar a despesa líquida e mirar apenas no custo bruto, o governo omite que essa diferença entre um valor e outro não desaparece e muito menos vai parar na conta do servidor. Ela 'volta' aos cofres públicos. "Na verdade nem chega a sair, é descontada direto na fonte", diz o diretor de base do Sintrajud Adilson Rodrigues.

Ex-dirigente da federação nacional (Fenajufe), Adilson vê o governo agindo de má-fé ao usar assim os números do impacto orçamentário do projeto.

Diante disso, observa, seria impossível colocar o PCS nas pautas de discussões de Brasília não fosse a greve nacional da categoria, iniciada no dia 6 de maio.

Após 57 dias, servidores das universidades estaduais conquistam acordo e encerram a greve

Os servidores das universidades estaduais de São Paulo decidiram encerrar a greve, que já durava 57 dias, nesta quarta-feira, 30. A decisão foi tomada em assembleia na USP após rodada de negociação com o Conselho das Reitorias das Universidades Paulistas (Cruesp). Enquanto mais de 400 trabalhadores - da Unicamp, Unesp e USP - estavam reunidos em frente à reitoria da USP, que estava ocupada, uma comissão foi para a negociação.

A categoria aceitou o reajuste de 5% no índice de referência do plano de carreira, proposto pelo Cruesp. Este item será debatido nas pautas específicas de cada universidade e uma nova negociação está marcada para o dia 5 de julho.

Um item considerado uma vitória foi que o estado terá que ressarcir os trabalhadores que sofreram descontos por estarem em greve em até quatro dias após o retorno ao trabalho. Na capital, a devolução deverá ocorrer nos próximos dias. Outro item negociado foi que nenhum servidor poderá ser punido por ter exercido o direito de greve.



Contribua com o Fundo de Greve

Banco do Brasil nº 001 Conta poupança

Agência	Nº da conta-DV	Variação
18945	535.500-1	1

CEF nº 104 Conta poupança

Agência	Operação	Nº da Conta-DV
1004	22	49-9